A agropecuária no contexto do cooperativismo
História e compromisso de desenvolvimento

Ramon Gamoeda Belisário [1]
Evandro Scheid Ninaut [2]
Gustavo Rodrigues Prado [3]
Flávia de Andrade Zerbinato Martins [4]

Introdução

Os principais modelos europeus de cooperativas – consumo, produção, agrícola e crédito – introduzidos no Brasil desde o final do século 19, encontraram muitos obstáculos: população rarefeita, escassos meios de transporte e de comunicação, relações de trabalho ainda marcadas pela economia escravocrata e pelo individualismo, falta de tradição de associativismo nas atividades econômicas, entre outros.

Apesar das dificuldades de implantação no Brasil, o movimento cooperativista é, hoje, uma das forças da economia no País, representando 6% do Produto Interno Bruto (PIB). O sistema cooperativista brasileiro é constituído pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), por 27 organizações estaduais e por 7.136 cooperativas, com 6.159.658 associados que, por sua vez, garantem 195.100 empregos diretos. O cooperativismo brasileiro é diversificado, sendo dividido em 13 ramos de atividades distintas. São eles: agropecuário; educacional; crédito; saúde; infra-estrutura; habitacional; transporte; turismo e lazer; produção; especial; mineral; e consumo e trabalho. A Fig.1 mostra o número de cooperativas, associados e empregados por ramo de atividade.

Esse conglomerado cooperativo tem papel significativo no desenvolvimento da sociedade, pois entre outros benefícios, garante acesso ao crédito, à saúde, à educação, à moradia e ao mercado de trabalho.

Surgimento e tendências do cooperativismo no Brasil

A sociedade cooperativa moderna teve origem em 1844 (OCB, 2004a), com os Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, na intensificação da luta dos trabalhadores, em pleno regime de economia liberal. Os 28 tecelões de Rochdale, que constituíram as cooperativas de consumo, tinham o objetivo de enfrentar a crise industrial da época, oferecendo gêneros de primeira necessidade aos associados, e que são o marco histórico do início das sociedades cooperativas.

O novo sistema então criado voltava-se para os pequenos produtores e artesãos. Esse novo modelo societário contrapunha-se ao capitalismo.

[1] Gerente-Geral da OCB
[2] Gerente de Mercados da OCB
[3] Analista de Mercados da OCB
[4] Assistente de Mercados da OCB

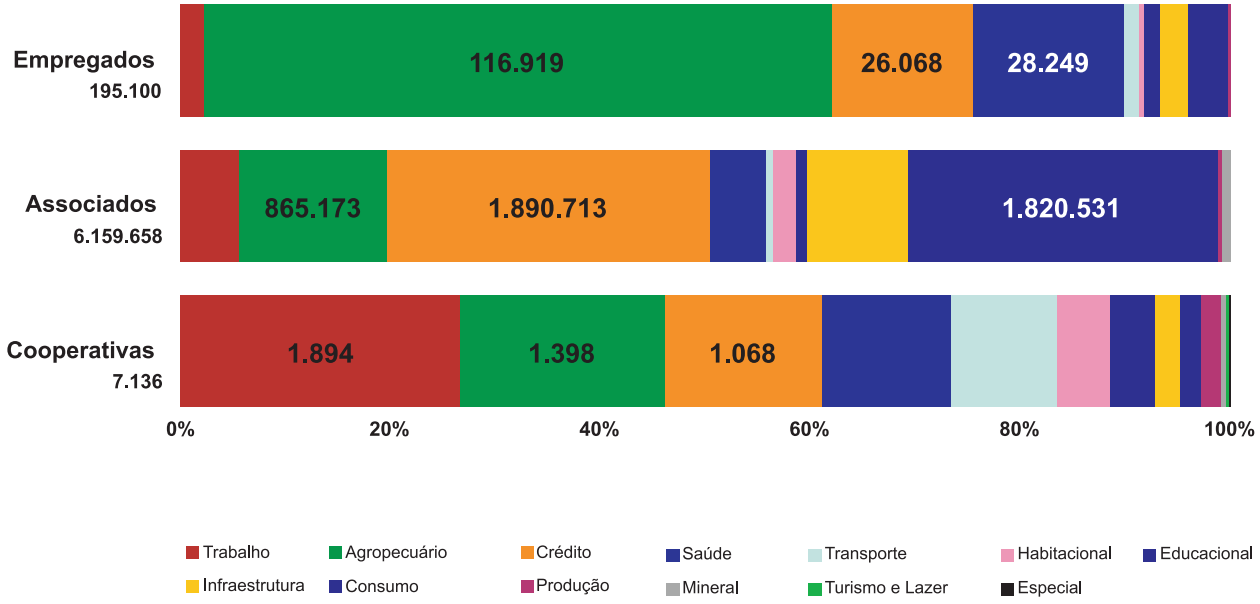

Fig. 1. Número de cooperativas, de associados e de empregados por ramo de atividade.

Base: Dezembro/2004

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2004b).

Nascia o cooperativismo, como movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo a participação demográfica, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais, visando as necessidades do grupo – e não ao lucro –, e buscando prosperidade conjunta – e não individual–, independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

De 1530 a 1879, havia vários registros históricos de caráter de cooperação e solidariedade, que se aproximavam dos princípios do cooperativismo. Como exemplo, temos o pré-cooperativismo brasileiro, que teve início por meio das missões jesuíticas no Sul e as associações cooperativas e sindicais de trabalhadores imigrantes da indústria nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Contudo, em 1889, em Minas Gerais, o cooperativismo se concretizou no Brasil, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. A primeira cooperativa de que se tem notícia no País, tinha atividades diversificadas: de venda de gêneros de consumo a construção de prédios para alugar e vender, e caixa de auxílio e socorro a associados, ou seja, ao mesmo tempo, era uma cooperativa de consumo, habitação e crédito.

Temos, como destaque, entre as primeiras cooperativas fundadas no Brasil, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, SP, em 1891; a Societá Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, em Alfredo Chaves, RS, e em Antônio Prado, RS, em 1892; a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, RJ, em 1894.

Em 1902, em Nova Petrópolis, RS, por intermédio do missionário jesuíta suíço, Theodor Amstad, surgiu a primeira cooperativa de crédito rural no Brasil, até hoje, em funcionamento.

A partir de 1930, o Estado assumiu o modelo agrícola, transformando o cooperativismo num dos seus instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico do País, voltando para si o controle do movimento, tutelando-o por cinco décadas.

Devido aos altos e baixos ocorridos no século 20, o cooperativismo acabou sofrendo uma

grande crise, começando a ser definitivamente superada, após a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), na década de 1970.

Para que a OCB fosse criada, as entidades do cooperativismo brasileiro da época, a Aliança Brasileira de Cooperativismo (Abcoop), em São Paulo, SP, e da União Nacional das Associações de Cooperativas (Unasco), no Rio de Janeiro, RJ, sendo ambas criadas em 1956, representando o cooperativismo brasileiro até 1969, assinaram em 1967, no Rio de Janeiro, RJ, um protocolo que visava à criação de uma entidade de cúpula, de âmbito nacional, para a representar e defendero cooperativismo brasileiro.

Em 2 de dezembro de 1969, durante o *IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo*, em Belo Horizonte, MG, foi aprovada a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pelas assembléias gerais das duas entidades anteriormente representativas do cooperativismo, antes da assinatura do *IV Congresso Brasilei*ro, sendo registrada no dia 8 de junho de 1970, por meio da Lei nº 5.764 de 16/12/71, passando a ser reconhecida sua existência e institucionalizando o Sistema de Representação do Cooperativismo Brasileiro.

Em 1976, a OCB assinou um convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo renovado anualmente, para apoio financeiro a serviços desenvolvidos na OCB e nas Unidades Estaduais da OCB, o que possibilitou a contratação de 36 técnicos para a elaboração de projetos, assistência contábil, administrativa e gerencial a cooperativas, orientação para a constituição de cooperativas, estudo de viabilidade econômica e estudos de zoneamento, visando à integração vertical e horizontal das cooperativas, capacitação, profissionalização e a autogestão das cooperativas.

Em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, as cooperativas conquistaram sua independência do Estado, deixando de depender da autorização do Incra, que também exercia poder de fiscalização sobre todas as cooperativas brasileiras. Proporcionando a possibilidade de desenvolvimento da autogestão, tendo um grande crescimento do cooperativismo na década de 1990. Ao acompanhar esse processo, o sistema foi se adequando para melhor representar os setores que se desenvolviam.

Em 1998, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), cuja presidência é exercida pelo Presidente da OCB. A criação do Sescoop foi o cumprimento de uma reivindicação antiga do Sistema OCB e promessa assumida pelo governo federal no *XI Congresso Brasileiro sobre Cooperativismo*, realizado em novembro de 1997.

O Sescoop marcou, definitivamente, o cooperativismo brasileiro, realizando o sonho da autogestão cooperativa e tornando o cooperativismo verdadeiramente independente e pujante. A partir de sua criação, passaram a receber as contribuições que antes eram recolhidas pelo governo em benefício das instituições nacionais. Em 2000, durante o XII *Congresso Brasileiro sobre Cooperativismo*, o Programa de Autogestão de Cooperativas foi consolidado.

Em 2002, visando à unificação das cooperativas do País, o Sistema OCB/Sescoop promoveu e realizou em Brasília, DF, o *I Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo – Visão Estratégica,* com as principais lideranças do cooperativismo brasileiro, no qual os participantes puderam definir, em plenária, as diretrizes do cooperativismo brasileiro para os próximos anos.

Esse seminário teve como objetivo principal, propiciar o acesso ao conhecimento especializado sobre as tendências evolutivas do cooperativismo contemporâneo. A partir das discussões, pretende-se estabelecer uma agenda para o cooperativismo brasileiro que destaque o compromisso ou responsabilidade do movimento cooperativista no projeto de sua modernização pautada por quatro grandes tendências: a profissionalização da gestão empresarial, a formação de redes intercooperativas, o desenvolvimento da educação e da formação cooperativista e a responsabilidade social das organizações cooperativas.

A realização do *II Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo – Agenda do Cooperativismo Brasileiro* aconteceu em Recife, PE, de 15 a 18 de dezembro de 2003. Na ocasião, foram apresentados e debatidos exemplos de cooperativas que aplicam, com sucesso, as tendências definidas no *I Seminário*, realizado em 2002.

A *Agenda para o Cooperativismo Brasileiro*, produzida durante o *II Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo*, destaca o compromisso e a responsabilidade do movimento cooperativista no Projeto de Autogestão referenciados às quatro tendências da sua modernização.

Para cada tendência, a agenda sinaliza as correspondentes práticas no cooperativismo brasileiro, exemplificadas nos casos de sucesso apresentados durante o *II Seminário*; sugere ações e atividades e relaciona o tipo de comprometimento e responsabilidade das organizações, das cooperativas e das lideranças na condução do processo de autogestão do cooperativismo a serem desenvolvidas no ano seguinte.

Em 2004, em Cuiabá, MT, foi realizado o *III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo – Cooperativismo e Economia Social: Fortalecendo a Identidade Cooperativa.*

O cooperativismo é economia social, tem como função das cooperativas oferecerem à sociedade oportunidade de incentivo a um sistema econômico diferente igualitário e justo, sendo alternativo para uma economia competitiva e concentradora de renda que marginaliza classes sociais. Visando um desenvolvimento social, teremos que ter um crescimento econômico, geração e distribuição de renda, com oportunidades igualitárias de inserção no mercado e no emprego, função para qual as cooperativas são uma estrutura de excelência.

Fortalecendo a identidade cooperativista, no seminário foram definidas ações para o fortalecimento, baseadas nos princípios de livre adesão, gestão democrática pelos sócios; participação econômica eqüitativa; autogestão; educação e informação; intercooperação; e responsabilidade social. Destacam-se: diferenciar os serviços exclusivos aos associados (ato cooperativo) e dos oferecidos a outrem (ato comercial); elaborar normas de conduta para a cooperativa; equilibrar as decisões para atender às necessidades e capital de giro dos associados e da cooperativa; e fortalecer a estrutura dos ramos de cooperativas em níveis nacional e estadual, para consolidar o processo de autogestão.

Mostrando que o cooperativismo substitui a competição cega pela cooperação produtiva, se encaixa como uma ferramenta importante para a aplicação da economia social. Apesar da euforia do crescimento, dados anuais do IBGE mostram que a participação da renda do trabalhador no PIB brasileiro caiu de 36,1% para 35,6%, entre 2002 e 2003.

As ações cooperativistas beneficiam as pessoas que vivem do cooperativismo, tirando dele sua própria renda. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), enquanto a média salarial dos trabalhadores de estabelecimentos agropecuários não-cooperativos na Região Sudeste é de dois salários mínimos, as cooperativas têm uma média de 4,05 salários mínimos.

Em linhas gerais, o *III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo* apontou que as sociedades cooperativas dispõem de renda maior do que estabelecimentos não-cooperados, o que proporciona, por extensão, melhores condições de vida aos seus associados e respectivos empregados e mais dinamismo econômico à região de influência da cooperativa.

O ramo agropecuário do cooperativismo

O ramo agropecuário é composto pelas cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem aos associados. É importante destacar que 1.398 cooperativas agropecuárias encontram-se em funcionamento e que 92% dos seus produtores associados são arrendatários ou possuem

propriedades com até 100 ha, demonstrando, assim, a importância social desse tipo de empreendimento econômico.

Em 2004, esse segmento do cooperativismo representou 33% do PIB agrícola brasileiro. Em alguns estados de vocação eminentemente agrícola, como o Paraná, metade de toda a riqueza produzida no campo é oriunda do sistema cooperativista. A Fig. 2 mostra a participação do cooperativismo na produção dos principais produtos agrícolas brasileiros.

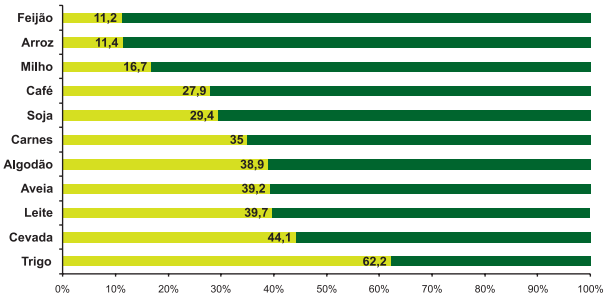

Fig. 2. Participação percentual do cooperativismo na produção agrícola nacional. Base: dezembro/2004

Fonte:Organização das Cooperativas Brasileiras (2004b).

Além do mercado nacional, as cooperativas agropecuárias também têm participação potencial nas exportações. Dados fornecidos pela Secretaria da Receita Federal (SRF) indicam que as exportações diretas das cooperativas tiveram, em 2004, um aumento da ordem de 53%, em relação a 2003, passando de US$ 1.304 milhões para US$ 2.003 milhões.

De acordo com a Tabela 1, do total das exportações diretas por cooperativas, em 2004, o complexo soja foi responsável por 42% do total exportado, seguido pelo açúcar e seus derivados, com 21%, os produtos de origem animal (carnes, lã, lácteos) com 19%, o café e demais produtos, cada um com 7%, e trigo com 4%.

Para dar suporte e agregar valor à produção do associado, as organizações cooperativas, nacional e estadual, executam diversas atividades, praticamente participando de toda a cadeia agroindustrial, ou seja, atuam de forma intensa no processo de produção, beneficiamento, armazenamento, industrialização e comercialização. Atuam, ainda, como importantes instrumentos de difusão tecnológica e de assistência técnica, acesso ao crédito rural e programas de conservação de solo, manejo de pragas e meio ambiente.

Visando o aumento das exportações mineiras, a Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR), dona da marca Itambé, está ampliando seus investimentos. Em 2004, essa cooperativa concluiu aporte de R$ 42,6 milhões na unidade em Sete Lagoas, MG, e em novembro do mesmo ano, iniciou um projeto para instalar duas fábricas com investimento de R$ 200 milhões para aumentar a participação em 50%, para 4,5 milhões de litros de leite por dia. No mesmo ano, a Itambé exportou US$ 25 milhões, tendo como participação 8% referente à receita total estimada em R$ 1,15 bilhão, e em 2005, espera elevar esse índice para 15%.

Tabela 1. Principais produtos exportados por cooperativas. Base: dezembro de 2003/2004.

Produtos	2004 (a) US$	2003 (b) US$	Variação (%) a/b	Participação % Ano 2004
Soja e derivados	850.341.799	581.112.361	46	42
Açúcar de cana	412.600.090	274.968.087	50	21
Produção animal	379.309.017	253.128.856	50	19
Café	133.745.531	82.516.119	62	7
Demais produtos	143.880.723	108.056.045	33	7
Trigo	83.416.604	4.675.900	1.684	4
Total geral	2.003.293.765	1.304.457.368	54	100

Fonte: Secretaria da Receita Federal (SRF) e Sistema Alice/Secex/MDIC[5].

[5] Bases de dados de acesso restrito.

Já a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), em 2004, investiu R$ 65 milhões, numa esmagadora de soja, três armazéns e um centro tecnológico, em Goiás. Ainda para 2005, a cooperativa estuda investir num armazém em Santa Helena, GO, e numa caldeira de energia. A cooperativa estima faturar R$ 1 bilhão em 2005.

Por manterem estruturas de prestação de serviços de armazenamento e beneficiamento aos associados, em 2004, as cooperativas agropecuárias mantinham um total de 2.685 unidades de armazenamento que correspondiam a mais de 18,4% do total do Brasil e aproximadamente 23,6% da capacidade estática instalada no País, conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Capacidade armazenadora das cooperativas agropecuárias.

Produtos	Brasil	Cooperativas	
Capacidade estática (mi t)	100,8	24,2	23,6%
A granel	75,0	19,3	25,5%
Ensacados	25,7	4,8	18,7%
Unidades armazenadoras	14.156	2.685	18,4%
(quantidade)	7.100	1.335	19,0%
A granel	7.056	1.350	18,4%
Ensacados			

Fonte: Conab – 2004[6].

Compromisso para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário

O sistema cooperativista brasileiro busca um plano plurianual de desenvolvimento, que vem ser inserido no contexto geral da política econômica e social do País, objetivando garantir a sustentabilidade da atividade rural de seus associados, a segurança alimentar da população e a geração de excedentes exportáveis.

À OCB, cabe um papel fundamental no processo como agente indutor e facilitador, para:

- Desenvolver a sustentabilidade econômica, social e ambiental do associado.
- Elevar a renda e as oportunidades de emprego no meio rural e na comunidade onde a cooperativa está inserida.
- Ampliar a participação das cooperativas brasileiras no mercado mundial.
- Atender ao crescimento da demanda interna de alimentos, proporcionando a segurança alimentar da população, a partir da industrialização regional da produção nacional.
- Melhorar a organização sistêmico-cooperativista agropecuária e a ampliação da atuação dos produtores rurais ao longo das cadeias de produção e do abastecimento, agregando valor à produção primária e levando ao consumidor produtos competitivos e de qualidade.

Para tanto, algumas ações de apoio ao setor são necessárias:

a. Política de agroindustrialização das cooperativas

- Manutenção do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), ampliando-se as dotações de recursos de forma progressiva.
- Agilização da liberação dos recursos para atender aos projetos já apresentados aos agentes financeiros pelas cooperativas.

b. Capitalização das cooperativas

O cooperativismo necessita de um impulso de capital, para que venha, cada vez mais, a se posicionar como braço de apoio às políticas do governo para o incremento da geração de emprego e renda no Brasil

Assim, é importante que se estruture um programa que vise o fortalecimento do cooperativismo, mediante a implementação de ações que permitam a alavancagem do sistema, entre as quais destacamos a capitalização dos

[6] Base de dados de acesso restrito.

associados nas suas cooperativas e das próprias cooperativas.

c. Cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito rural estão desempenhando um papel fundamental na concessão de crédito para a produção agropecuária em muitas regiões. Elas são o principal agente financeiro no crédito rural.

As normas atuais não permitem que essas cooperativas repassem recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), apenas pelos agentes oficiais.

Visando a melhoria do setor, é necessário:

• Ampliar e garantir as dotações orçamentárias para os bancos cooperativos operarem com recursos equalizáveis do Tesouro Nacional.

• Permitir que os bancos cooperativos repassassem recursos do FAT para o custeio e a comercialização, como ocorre com os recursos do Fundo Nacional do Café (Funcafé).

• Permitir a livre associação nos meios rural e urbano, independente mente do tamanho do município.

• Permitir a captação de poupança por cooperativas urbanas.

d. Seguro rural

A maior parte da produção agrícola brasileira é viabilizada pelos produtores rurais, com total exposição de suas aplicações aos rigores do clima e dos prejuízos que daí possam ocorrer. O elevado risco incidente sobre o setor rural faz com que o seguro da produção rural para algumas atividades fique muito elevado, inviabilizando o acesso aos interessados. Visando minimizar essa situação, é necessário:

• Criar o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, destinado a fazer frente às perdas decorrentes de fenômenos naturais generalizados.

• Existe a necessidade do seguro rural ser amplamente implantado, amparando as regiões e os produtos agropecuários.

• Fortalecer o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e revendo as normas de contribuição, para que haja maior participação das companhias e dos mutuários.

• Precisa aprovar a reincorporação dos recursos financeiros do FESR após cada exercício financeiro, para fins de autorização de empenho e pagamento, uma vez que as despesas do FESR são de natureza obrigatória.

• Estimular a formação de fundos privados e de cooperativas de seguro, para garantia de eventos, por meio do gerenciamento dos recursos captados dos participantes, administração de riscos, monitoração das operações e pagamento das indenizações, com garantia do resseguro para a carteira a ser formada.

e. Programa de apoio às exportações das cooperativas

É preciso que haja interação do governo com a iniciativa privada na melhoria da infra-estrutura de exportação, abertura de novos mercados e combate à prática desleal de comércio. Além disso, é importante a criação de um pensamento estratégico exportador, para se fomentar a cultura exportadora de produtos do agronegócio. Para isso, o cooperativismo busca com o governo e com o setor privado:

• Criar linha específica de crédito para exportação das cooperativas brasileiras.

• Constituir, nos estados, Centros de Apoio ao Exportador, com a participação das cooperativas.

• Coordenar a participação de cooperativas e de empresas brasileiras em feiras internacionais.

• Alocação de adidos agrícolas nas embaixadas do Brasil, no exterior.

Conclusão

A economia social praticada pelo cooperativismo não se resume somente aos benefícios diretos proporcionados aos seus associados. A contribuição do sistema vai muito mais além, a

ponto de se constituir um instrumento capaz de prover a população de serviços básicos, como saúde, crédito, educação, trabalho e infra-estrutura, aumentando sua renda per capita, o poder de consumo, investimento e melhores condições de vida para seus associados e empregados.

Desde o princípio, foi o caráter social que inspirou o surgimento das cooperativas, mas o econômico que tem gerado os benefícios diretos e indiretos para os associados e para as comunidades de influência cooperativista, proporcionando crescimento, desenvolvimento, redução da exclusão social, trabalho e renda. Em suma, o resultado social depende da aplicação dos meios econômicos.

Referências

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **O cooperativismo brasileiro**: uma história. Brasília, DF: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004a. 150 p.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Relatório de atividades**. Brasília, DF: HMP, 2004. 60 p.